

Minimalidade e predicação

Pilar P. Barbosa

Universidade do Minho

1. O problema

Em PE, a Deslocação à Esquerda Clítica (DEC) não é admitida em interrogativas encaixadas (cf. (1b), (2b)), orações relativas (cf. (3b)) ou interrogativas não encaixadas com um constituinte interrogativo com restrição lexical (cf. (4b)):

- *Interrogativas encaixadas*
 - (1) a. Perguntei que livro o Pedro leu.
b. *Perguntei que livro, à Maria, lhe deram no Natal.
 - (2) a. Não sei ainda a quem a Maria vai oferecer este livro.
b. *Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecê-lo.
- *Orações relativas*
 - (3) a. Já li o livro que o João ofereceu à Maria.
b. * Já li o livro que, à Maria, lhe ofereceu ontem o João.
[Costa & Duarte 2002]
- *Interrogativas não encaixadas com um constituinte interrogativo com restrição lexical*
 - (4) a. Que manuscritos a funcionária enviou para a editora ?
b. *Que manuscrito, a essa editora, estás a pensar enviar-lhe?

Os exemplos (1a), (2a), (3a) e (4a) revelam que, nestes contextos, um sujeito pode intervir entre o constituinte *Qu* e a flexão verbal. Um tópico em DEC, contudo, não pode. Costa (2001) e Costa e Duarte (2002) atribuem os juízos em (1b-4b) a um efeito de minimalidade: a presença do tópico interfere com o movimento do constituinte *wh*. Contudo, o problema é mais complexo, dado que a agramaticalidade dos exemplos em causa se deve mais à presença do clítico do que ao tópico propriamente dito (cf. Duarte, 1997). Compare-se (1b-4b) com as suas contrapartidas sem o clítico pronominal:

- (5) a. Perguntei que livro, à Maria, eles deram no Natal.
b. Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecer.
- (6) Já li o livro que, à Maria, ofereceu ontem o João.
- (7) Que manuscrito, a essa editora, estás a pensar enviar?

Como se pode verificar, a omissão do clítico melhora consideravelmente o grau de aceitabilidade dos exemplos ¹.

Com efeito, tem sido observado que a topicalização não induz fortes efeitos de minimalidade (cf. Lasnik & Saito, 1992; Duarte, 1987; Pesetsky, 1989). Vejam-se os seguintes exemplos do inglês:

- (8) a. ? I wonder to whom this book I should give. (Pesetsky, 1989)
b. ? Ask him what book to John he would give.

Rizzi (1997) nota efeitos semelhantes em francês. Nesta língua, a anteposição de argumentos dativos pode ocorrer com ou sem redobro clítico (cf. (9)). Contudo, em interrogativas indirectas com movimento *Qu*, apenas a construção sem redobro é admissível:

- (9) Au Pape, personne n'oserait (lui) parler ainsi.
(10) a. ?* Je me demande qui, au Pape, oserait lui parler ainsi.
b. ?Je me demande qui, au Pape, oserait parler ainsi.

[Rizzi, 1997: exemplos atribuídos a Christopher Laenzlinger]

Por tudo isto, concluímos que não é a minimalidade induzida pelo tópico que conduz à agramaticalidade, mas sim um outro factor, relacionado com a construção de redobro clítico.

Porém, a esta observação podemos ainda acrescentar uma outra. A possibilidade de ocorrência de um tópico – *com ou sem redobro clítico* – depende da sua localização na hierarquia temática: os EXPERIENCIADORES podem mais naturalmente intervir entre o *constituente Que* a flexão verbal *mesmo com um clítico*:

• EXPERIENCIADORES

- (11) a. Vi hoje a casa que, à Maria, mais lhe convém comprar.
b. Vi hoje a casa que, à Maria, mais convém comprar.
(12) a. Sabes quando, ao Pedro, mais lhe convém lá ir?
b. Sabes quando, ao Pedro, mais convém lá ir?
(13) a. Que discos, ao João, mais lhe agradará receber?
b. Que discos, ao João, mais agradará receber?

Os exemplos transcritos são perfeitos e, contudo, envolvem a presença de um

¹ Duarte (1987) refere a existência de variação dialectal: há falantes que não aceitam as frases (5-7); outros aceitam-nas. Os juízos aqui apresentados reflectem as intuições nativas da autora e de um grupo de informantes consultados. Desses, apenas um não aceitou as frases (5-7). Esse mesmo falante, contudo, também não aceita (1a), (2a), (3a) e (4a). Um outro informante atribuiu dois pontos de interrogação às frases (5-7). A variação dialectal referida em Duarte (1987) será abordada na secção 5.

tópico com ou sem redobro clítico. A diferença entre estes exemplos e os anteriores está na natureza do argumento anteposto. Nos exemplos de (1-4), o argumento anteposto é TEMA ou BENEFICIÁRIO; em (11-13), é um EXPERIENCIADOR.

Há autores que defendem que estes dativos EXPERIENCIADORES têm um comportamento semelhante ao dos sujeitos, sendo, portanto, *quirky subjects* (cf. Cardinaletti, 2004). Porém, não nos parece que tal posição seja defensável, dado que eles podem ocorrer a longa distância, como se exemplifica a seguir:

(14) a. Ao João, julgo que não lhe convém nada ter aulas a essa hora.

b. Ao João, creio que não lhe agrada nada a ideia de ter aulas de manhã.

Em (14a,b), o tópico dativo ocorre no início da frase, embora não estabeleça qualquer tipo de relação com o verbo da oração superior, o que invalida a hipótese de se tratar de um sujeito.

Belletti & Rizzi (1991) defendem que, com predicados psicológicos do tipo de ‘agradar’, o EXPERIENCIADOR é gerado na base numa posição mais alta do que o TEMA e a posição de sujeito é não temática. Sendo assim, o que distingue os exemplos (11-13) de (1-4) é o facto de, no primeiro caso, o tópico se relacionar com o argumento mais alto da oração.

Esta relação entre ‘argumento mais alto’ e a possibilidade de ocorrência de um tópico deslocado à direita de um constituinte *Qu* verifica-se também em francês. Nesta língua, é possível verificar a existência de uma assimetria entre sujeitos (cf. 15a, 16a, 17) e EXPERIENCIADORES (cf. (18)), por uma lado, e argumentos mais ‘baixos’, por outro (cf. 15b, 16b)²:

- *Sujeitos versus objectos*

(15) a. La personne à qui, Jean, il a parlé ...

b. *La personne à qui, ce livre, Jean l’a vendu ...

(16) a. L’endroit où, Jean, il va vivre est inoubliable.

b. *L’endroit où ce livre, Jean l’a vendu est inoubliable.

(17) Je me demande où Jean, il va vivre.

- *EXPERIENCIADORES*

(18) a. J’ai vu aujourd’hui la maison qui, à Marie, lui convient le plus/le mieux.

b. Tu sais quels sont les disques qui, à Jean, lui plairaient le plus?

Desta forma, chegamos à seguinte generalização (aplicável ao dialecto relevante (cf. a nota 1)):

² Agradeço a colaboração de Sílvia Araújo na construção dos exemplos. Os juízos de gramaticalidade são de mais do que um falante nativo do francês.

- (19) Nos contextos em que não é necessária adjacência entre um constituinte *Qu* e a flexão verbal, podem intervir, para além de sujeitos:
- (i) constituintes topicalizados;
 - (ii) elementos em DEC desde que correspondam ao argumento nominal mais alto da oração.

Neste artigo, procurarei apresentar uma possível explicação para esta generalização empírica capaz de, simultaneamente, dar conta da variação dialectal referida na nota 1.

2. A abordagem de Duarte (1997, 2003)

Duarte (1997, 2003) atribui a diferença nos juízos de gramaticalidade entre os exemplos em (20a-c) e (21a-c) ao facto de a DEC envolver uma projecção de Tópico (TOPP); para a autora, esta projecção não ocorre em construções de Topicalização, que são derivadas por movimento do tópico para uma posição de adjunção a CP ou IP.

- (20) a. *Perguntei que livro, à Maria, lhe deram no Natal.
b. *Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecê-lo.
c. * Já li o livro que, à Maria, lhe ofereceu ontem o João.

[Costa & Duarte 2002]

- (21) a. Perguntei que livro, à Maria, eles deram no Natal.
b. ? Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecer.
c. Já li o livro que, à Maria, ofereceu ontem o João.

Nesta secção, faremos uma breve síntese das principais conclusões do estudo de Duarte das propriedades da DEC e da Topicalização.

2.1. A DEC e a Topicalização

Duarte (1987) faz o levantamento das principais semelhanças e diferenças entre a DEC e a Topicalização, cujos resultados se apresentam a seguir de forma sucinta.

2.1.1. Propriedades em comum

- a) Ambas configuram a estrutura tópico/comentário.
- b) Ambas são, aparentemente, iterativas:
 - (22) a. Ao João, este livro, não lho dou.
 - b. Ao João, este livro, não dou.

c) Distribuição

Tanto a DEC como a Topicalização podem ocorrer quer em frases raiz quer em frases encaixadas. Em frases raiz, o tópico precede os constituintes interrogativos:

- (23) a. Este livro, quem o quer ler?
b. Este livro, quem quer ler?

Em frases encaixadas, o tópico segue o complementador em ambos os casos:

- (24) a. Disseram-me que, este livro, ninguém o quer ler.
b. Disseram-me que, este livro, ninguém quer ler.

d) Ambas as construções são sensíveis a ilhas fortes e insensíveis a ilhas *wh*.

- (25) a. *Todos sabem que esse livro, o diplomata que (o) escreveu era simpatizante nazi. [Duarte, 2003]
b. Esse livro, não sei quem (o) quer ler.

2.1.2. Propriedades diferenciadoras

A DEC não evidencia efeitos de reconstrução no que respeita ao escopo de quantificadores (cf. (26)), não legitima lacunas parasitas (cf. (27)) e não manifesta efeitos de cruzamento forte:

(26) *Ausência de efeitos de reconstrução (escopo largo do quantificador):*

- a. Alguns livros, já os entreguei a todos os professores.
b. Muitos livros, não os entreguei a todos os professores.

(27) *Lacunas parasitas:*

*Essas cartas, o João pô-las no correio antes de te mostrar. [Duarte 1987]

(28) *Não há efeitos de cruzamento forte:*

Esse rapaz_i, disseram-me que (ele_i) sabe que não o_i procurámos.
[Exemplo adaptado de Duarte 2003]

A Topicalização, por seu turno, revela efeitos de reconstrução (cf. (29)), legitima lacunas parasitas (cf. (30)), efeitos de cruzamento forte (cf. 31) e admite ainda a ocorrência de anáforas ligadas (cf. (32)):

(29) *Efeitos de reconstrução (escopo estreito do quantificador):*

Todos os convidados não conheço. [Duarte, 1987]
= Não conheço todos os convidados.

(30) *Lacunas parasitas:*

Essas cartas, o João pôs no correio antes de te mostrar.

(31) *Efeitos de cruzamento forte:*

*Esse rapaz_i, disseram-me que (ele_i) sabe que não procurámos *t_i*.

[Exemplo adaptado de Duarte (2003)]

(32) *Anáforas ligadas*

A si própria a Maria dá importância até de mais. [Duarte, 1987]

Estas diferenças entre a DEC e a Topicalização indicam que, das duas construções, apenas a primeira envolve movimento sintáctico. Assim, Duarte propõe que, na Topicalização, o tópico atinge a posição periférica por movimento e adjunção a CP ou IP³. A DEC envolve uma projecção adicional, TOPP; o tópico é gerado na base em Spec, TOPP. A proposta de Duarte pode ser resumida como se segue:

(33) a. *Topicalização*: o tópico atinge a posição periférica por movimento

(adjunção a CP ou IP).

b. *DEC*: envolve uma projecção adicional TOPP – o tópico é gerado na base na posição de Spec de TOPP.

Esta proposta tem a capacidade de explicar as diferenças entre a DEC e a Topicalização nos exemplos discutidos na secção anterior, aqui repetidos:

(33) a. *Perguntei que livro, à Maria, lhe deram no Natal.

b. *Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecê-lo.

c. * Já li o livro que, à Maria, lhe ofereceu ontem o João.

[Costa & Duarte 2002]

(34) a. Perguntei que livro, à Maria, eles deram no Natal.

b. ? Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecer.

c. Já li o livro que, à Maria, ofereceu ontem o João.

Por hipótese, apenas a presença da projecção adicional TOPP interfere com o movimento *Qu*. Uma vez que a Topicalização não envolve esta projecção adicional, é captada a alínea (i) da generalização apresentada em (19). Porém, a alínea (ii) fica por explicar: se a DEC implica sempre uma projecção TOPP, deveria interferir com o movimento *Qu* da mesma forma em todos os contextos e não apenas quando o argumento em causa não é o argumento mais alto da oração. Por conseguinte, todos os exemplos que se seguem deveriam ter o mesmo estatuto de (33a-c), facto que não corresponde aos juízos dos falantes.

(35) a. Vi hoje a casa que, à Maria, mais lhe convém comprar.

b. Sabes quando, ao Pedro, mais lhe convém lá ir?

³ Lasnik and Saito (1992) propõem a mesma análise para a Topicalização em inglês.

c. Que discos, ao João, mais lhe agrada receber?

A questão que se coloca, então, é a de saber como explicar a variabilidade dos juízos com EXPERIENCIADORES (e sujeitos, em francês (cf. (15a), (16a) e (17))).

3. Uma hipótese alternativa

3.1. A proposta de Raposo (1998)

Raposo (1998) apresenta uma análise da Topicalização em português que difere da de Duarte em considerar que o tópico é gerado na base numa posição de adjunção a CP ou IP, sendo que o elemento que se move é um operador nulo. Esquemáticamente:

(36) *Topicalização*: [DP] [CP/FP Op_k [V t_k ...]]

(36) corresponde à análise “clássica” da Topicalização em inglês proposta por Chomsky (1977). De acordo com esta proposta, a frase (37a) seria analisada como descrito em (37b):

(37) a. Esse livro, dou-te amanhã.

b. [O livro] [CP/IP Op_k [dou-te t_k amanhã]]

Para Raposo, tanto a DEC como a Topicalização envolvem um tópico gerado na base numa posição de adjunção a IP ou CP. O tópico é interpretado por “regras de predicação” sendo que IP ou CP contém uma posição “aberta”, necessária para que o constituinte oracional possa ser interpretado como um predicado. O que distingue Topicalização da DEC é o movimento do operador nulo (cf. também Chomsky, 1977). Na DEC, não há movimento na sintaxe: o clítico fornece a posição ‘aberta’ necessária para que o elemento deslocado seja interpretado como sujeito da predicação complexa:

(38) a. O livro, dou-o ao Pedro amanhã.

b. [O livro] [CP/IP [dou- o_k ao Pedro cv_k amanhã]]

Na topicalização, há movimento de uma categoria pronominal – um D^0 na proposta de Raposo (1998) – da posição em que é gerada para uma posição A-barra (cf. (37b)).

Duarte (1987) considera esta hipótese, mas acaba por rejeitá-la na base dos seguintes exemplos, entre outros:

(39) a. Esses documentos, [CP a quem mostraste]?

b. * [CP [Que documentos a quem mostraste]]?

c. * [CP [A quem que documentos] mostraste]?

Partindo do princípio de que (39b,c) são eliminadas pela gramática porque [Spec,CP] contém dois constituintes Qu , Duarte conclui que (39a) também deveria ser

agramatical, dado que [Spec,CP] conteria dois constituintes *Qu* na análise do operador nulo, nomeadamente ‘a quem’ e o operador nulo, tal como esquematizado em (40):

(40) Esses documentos [*Op*_i [a quem] mostraste *t*_i]

A análise de Duarte, por outro lado, não enfrenta este problema uma vez que o DP ‘esses documentos’ se move directamente para a posição de adjunção a CP.

Raposo defende que esta objecção pode ser resolvida à luz da *Bare Phrase Structure Theory* de Chomsky (1995). A ideia é que o operador nulo é simultaneamente uma projecção máxima e uma projecção mínima, que pode ocorrer numa posição de adjunção a C^0 para além de poder ocupar [Spec,CP]. Sendo assim há sempre a hipótese de adjunção do operador nulo a C nos casos em que [Spec,CP] está preenchido por um *constituente Qu* e (39a) pode ser derivada.

Esta proposta de Raposo viabiliza a análise clássica da topicalização de Chomsky (1977), pelo que relança a discussão em torno da adequação de cada uma das propostas. Na subsecção seguinte faremos uma revisão dos restantes dados apresentados por Duarte (1987).

3.2. Efeitos de reconstrução

Recorde-se que Duarte (1987) identifica as seguintes propriedades da topicalização:

- *Efeitos de reconstrução (escopo estreito do quantificador):*

(41) Todos os convidados não conheço. [Duarte, 1987]

= Não conheço todos os convidados.

- *Lacunas parasitas*

(42) Essas cartas, o João pôs no correio antes de te mostrar.

- *Efeitos de cruzamento forte:*

(43) *Esse rapaz_i, disseram-me que (ele_i) sabe que não procurámos *t*_i.

[Exemplo adaptado de Duarte, 2003]

- *Anáforas ligadas*

(44) A si própria a Maria dá importância até de mais. [Duarte, 1987]

As propriedades exemplificadas em (42) e (43) são passíveis de explicação nas duas análises em apreço: uma vez que há movimento de um operador nulo na sintaxe na análise de Raposo, é natural que haja legitimação de lacunas parasitas ou efeitos de cruzamento forte. Porém, o mesmo não se pode dizer das propriedades (41) e (44). Na análise clássica da topicalização adoptada por Raposo, o DP topicalizado é gerado na base na posição em adjunção à projecção que dele é predicada. Por conseguinte, não se

espera que a reconstrução seja aplicável nestes casos, o que inviabiliza (41) e deixa por explicar a ocorrência da anáfora ligada em (44).

3.2.1. Interações de escopo

Começemos por analisar os exemplos em (41). Se é verdade que o quantificador universal evidencia efeitos de reconstrução, muitos casos há em que os elementos topicalizados não são reconstruídos para a posição de base. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (45) a. #Uma arma, a polícia encontrou em todas as casas que revistou.
- b. A polícia encontrou uma arma em todas as casas que revistou.
- (46) a. Um teste, esqueci-me entregar a todos os professores.
- b. Esqueci-me de entregar um teste a todos os professores.

Em minha opinião, (45a) é muito estranha quando comparada com (45b). A estranheza deste exemplo deve-se à dificuldade em atribuir a (45a) a leitura distribuída do indefinido, que é a interpretação mais natural de (45b): em cada casa foi encontrada uma arma. Neste exemplo concreto, a leitura com escopo largo do indefinido, embora disponível, é absurda, dado que a mesma arma não podem ter sido encontrada em todas as casas. É porque esta leitura não está disponível que (45a) é estranha.

Consideremos agora os exemplos em (46). (46a) é menos estranha, porque a leitura com escopo largo está pragmaticamente disponível e o indefinido pode ter um valor partitivo: um dos testes que havia para entregar não foi policopiado e distribuído por cada professor (isto é, o mesmo teste não foi entregue a todos os professores).

Em (46b), porém, a leitura com escopo estreito do indefinido é uma possibilidade dado que a frase é compatível com uma situação em que cada professor recebeu um teste a menos do que estava destinado e em que os testes em falta são todos diferentes. Em minha opinião, (46a) não pode ter esta interpretação distribuída do indefinido. Em síntese, o indefinido topicalizado não reconstrói na forma lógica.

Os exemplos que se seguem ilustram o mesmo ponto:

- (47) a. Alguns testes, esqueci-me de entregar a todos os professores.
- b. Esqueci-me de entregar alguns testes a todos os professores.

Em minha opinião, (47b) pode admitir duas leituras: (i) a leitura com escopo estreito do indefinido relativamente ao quantificador universal, que é aquela que é compatível com uma situação em que cada professor recebeu alguns testes a menos podendo estes ser diferentes de professor para professor; (ii) a leitura com escopo largo do indefinido (ou específica) em que os mesmos testes não foram entregues a cada

professor. (47a), porém, não me parece ter as duas leituras referidas. Aqui, apenas a leitura (ii) está disponível (ou é fortemente favorecida) o que sugere que não há reconstrução.

Estes dados, por sua vez, entram em (aparente) contradição com o que sucede em (41), com o quantificador universal. Desta forma, conclui-se que os efeitos de reconstrução não são homogêneos: com o QP universal ‘todos’ há reconstrução, com outras expressões, não há.

Se atentarmos nas expressões que reconstroem quando antepostas, verificamos que elas se caracterizam por pertencer ao conjunto das expressões que desencadeiam a próclise em português. Utilizando expressões com os determinantes/quantificadores até agora mencionados, verificamos o seguintes contrastes:

- (48) a. Um teste destacou-se / *se destacou dos restantes.
b. Alguns testes corrigem-se bem / *se corrigem bem.

- (49) Todos os testes se corrigem/*corrigem-se bem.

Esta correlação entre a possibilidade de reconstrução e a ocorrência de próclise é bem demonstrada pelo seguinte par mínimo:

- (50) a. Muitos testes, esqueci-me de entregar a todos os professores.
b. Muitos testes me esqueci de entregar a todos os professores!⁴

De acordo com as minhas intuições, existe um contraste entre (50a), com ênclise, e (50b), com próclise. (50a) favorece a leitura segundo a qual existe um subconjunto de testes que não foi entregue a todos os professores, e a cardinalidade desse subconjunto é proporcionalmente elevada. (50b), por outro lado, tem um outra leitura para além desta, aquela segundo a qual, para cada professor, há muitos testes que não foram entregues. Assim, (50a) é compatível com uma situação em que haja alguns professores que receberam todos os testes que havia para distribuir, embora a interpretação relevante de (50b) não o seja ⁵.

⁴ Acerca do valor exclamativo deste exemplo, conferir a nota 6 abaixo.

⁵ Esta correlação entre a ênclise/especificidade e próclise/não especificidade verifica-se também quando os mesmos quantificadores ocorrem em posição de sujeito:

- (i) a. Muitas plantas desenvolveram-se em todos os vasos.
b. Muitas plantas se desenvolveram em todos os vasos!

Em minha opinião, (ia) só pode ter uma interpretação, nomeadamente aquela em que há quantificação sobre espécies: muitas espécies de plantas são tais que se desenvolveram em todos os vasos. Esta é a leitura específica pragmaticamente disponível (a outra interpretação, com escopo largo do quantificador, não está pragmaticamente disponível, uma vez que o mesmo conjunto de plantas não pode desenvolver-se em vasos diferentes). A leitura não específica, em que o sujeito cai dentro do escopo do quantificador universal, não é

O exemplo que se segue ilustra ainda a mesma correlação:

(51) Algum indício a polícia encontrou em todas as casas que revistou.

(51) pode ser interpretada com escopo estreito do indefinido (em cada casa, foi encontrado um indício), e, com efeito, o determinante ‘algum/a’ no singular combinado com nomes contáveis é um elemento proclisador:

(52) Algum indício se encontrará na cena do crime.

Martins (1994), Barbosa (1995) e Raposo (1994) propuseram que as expressões que desencadeiam a próclise são estraídas por movimento A-barrado (movimento de Foco, na terminologia de Martins e Raposo). Sendo assim, (41), (50b) e (51) são analisadas como descrito em (53a,b,c), respectivamente⁶:

(53) a. [CP/FP [Todos os convidados]_k [não conheço *t_k*]]

b. [CP/FP [Muitos testes]_k [me esqueci de entregar *t_k* a todos os professores]]

c. [CP/FP [Algum indício]_k [a polícia encontrou *t_k* em todas as casas]]

Dado que estas construções envolvem extracção directa do DP/QP, pode haver reconstrução⁷.

Os exemplos (46a), (47a) e (50a), por outro lado, são casos genuínos de topicalização, em que se estabelece uma relação de predicação entre o tópico e o resto da frase. Recorde-se que, na análise de Raposo, a topicalização envolve geração na base do tópico e movimento de um operador nulo. Nessa análise (46a), (47a) e (48a) são analisadas como se segue:

(54) [um teste / alguns testes / muitos testes][CP/FP *Op_k* [esqueci-me de entregar *t_k* a todos os professores]]

Em (54) não há reconstrução do indefinido para a posição de base, porque este foi gerado na posição em que ocorre na superfície. Desta forma, a proposta de Raposo dá conta do aparente paradoxo criado pelo exemplo original de Duarte (41) quando comparado com (46a), (47a) e (50a). O DP introduzido pelo quantificador ‘todos’ é extraído por movimento de Foco, e essa é a razão pela qual reconstrói. Contudo, se controlarmos esta variável, verificamos que a topicalização de uma forma geral não reconstrói (e que este exemplo particular não é paradigmático desta construção). Sendo

uma possibilidade em (ia), contrariamente ao que sucede em (ib).

⁶ FP em (51) corresponde à projecção funcional que ocorre à direita do complementador numa concepção alargada da periferia esquerda da frase (ver Barbosa, 2001).

⁷ Esta análise, por outro lado, tem também a capacidade de explicar a razão pela qual exemplos como (50b) têm valor exclamativo, por oposição aos restantes. Este exemplo associa a extracção A-barrado à leitura típica das exclamativas ‘parciais’ que asserem que o valor da variável introduzida pelo QP movido tem um grau elevado ou extremo.

assim, a análise do movimento directo do tópico perde a sua força, uma vez que prediz que todos os casos de topicalização deveriam evidenciar efeitos de reconstrução, contrariamente ao que efectivamente sucede (cf. (46a), (47a) e (50a)). Por conseguinte, concluo que a reconstrução não é um argumento em favor da tese do movimento directo do tópico. Pelo contrário, constitui antes um argumento em favor da análise clássica de Chomsky (1977) (para mais argumentos em favor desta análise, ver Barbosa (2001) e Raposo (1994, 1998)).

3.2.2 Anáforas ligadas

O outro argumento apresentado por Duarte em favor da existência de efeitos de reconstrução em construções de topicalização prende-se com a ligação de anáforas. O exemplo relevante é (42), aqui repetido:

(55) *Anáforas ligadas*

A si própria a Maria dá importância até de mais. [Duarte, 1987]

Assumindo que a ligação da anáfora exige c-comando, (55) explica-se mediante reconstrução da anáfora para a posição de base. Porém, a verdade é que há outros contextos em que a mesma anáfora pode ocorrer e não há c-comando. É o caso de certo tipo de construções clivadas como se exemplifica a seguir:

(56) É a si própria que a Maria dá demasiada importância.

Não é nada evidente a forma como (56) poderá ser analisada em termos de movimento directo da anáfora da posição de base para a posição em que ocorre na superfície (veja-se, a título de exemplo, a análise das clivadas proposta em Costa e Duarte (2001) segundo a qual (56) envolve uma oração pequena). A mesma observação aplica-se ao exemplo que se segue, que inclui uma oração relativa:

(57) O quadro de si própria de que a Maria mais gosta é este.

As orações relativas são tradicionalmente analisadas como envolvendo movimento do Sintagma *Qu* para Spec-CP e não extracção directa do antecedente:

(58) [[O quadro de si própria] [[de que]_i a Maria mais gosta t_i]] é este.

Desta forma, (58) tem uma estrutura semelhante àquela que é proposta pela análise clássica da topicalização, com movimento do operador nulo e geração na base do tópico. Por conseguinte, seja qual for a explicação dada para a ligação da anáfora em (55), esta estender-se-á naturalmente aos casos de topicalização sem que seja posta em causa a análise proposta por Raposo. Dito por outras palavras, perde-se o argumento em favor da análise que explica a ocorrência da anáfora ligada em termos de movimento da expressão topicalizada directamente da posição de base para a posição de adjunção.

3.2.2. Conclusões

Em síntese, a análise clássica da topicalização, que envolve geração na base do DP/NP topicalizado e movimento interno de um operador nulo, não é infirmada pelos dados apresentados em (41-44). Por outro lado, esta análise permite estabelecer uma distinção clara entre dois tipos de construção:

- A extracção A-barrá, ou, na terminologia de Martins e Raposo, **o movimento de Foco**, ilustrado pelos exemplos (53a-c); este tipo de configuração é, em português, tipicamente usada para antepor expressões sem valor referencial (identificáveis por desencadearem a próclise de uma forma geral) e não serve para criar a configuração tópico-comentário;

(59) *Anteposição de não tópicos:*

[CP/FP [todos os convidados]_k [não conheço t_k]]



- A Topicalização, isto é, a criação de uma estrutura de predicação que envolve um tópico e o resto da frase; do ponto de vista semântico, os tópicos são legitimados por “regras de predicação” de tal forma que a frase tem de ser transformada numa expressão não saturada, que possa funcionar como predicado; utilizando a abstracção lambda, a forma lógica parcial de (60a) está ilustrada em (60b):

(60) a. Esse livro, dou-te amanhã

b. [esse livro] λx [dou-te x amanhã]

Na sintaxe, o movimento do operador nulo é o mecanismo usado para transformar a frase num predicado:

(61) *Topicalização:*[O livro] [CP/FP Op_k [dou-te t_k amanhã]]



Na teoria de Duarte, a estrutura de predicação é obtida mediante movimento directo do tópico para uma posição de adjunção. Porém, esta análise prediz que os elementos topicalizados possam sempre reconstruir para efeitos de interacções de escopo. Contudo, vimos na subsecção anterior que as expressões em causa não são homogéneas e que, se excluirmos as expressões que desencadeiam próclise da topicalização, chegamos à conclusão de que os genuínos casos de topicalização não reconstroem. Por conseguinte, a configuração em (61) faz todo o sentido, quer do ponto de vista empírico quer conceptual.

Os dois tipos de configuração acima ilustrados também são consistentes com a

proposta recente de Chomsky (2001), respeitante à ‘dualidade da semântica’. Segundo esta proposta, a estrutura temática é satisfeita por *external merge* (geração na base) e a estrutura informacional é obtida por *internal merge* (movimento de um constituinte). Dado que, na estrutura de predicação complexa, o elemento que é tópico é legitimado por regras de predicação, a relação que se estabelece entre ele e o resto da frase é uma relação temática, pelo que se justifica que seja introduzido por *external merge* e não por *internal merge*.

3. O “puzzle” de novo

Uma vez estabelecida a estrutura da topicalização aqui assumida, regressemos à generalização apresentada em (19), aqui repetida em (62), e aos exemplos que a ilustram (cf. (63)):

- (62) Nos contextos em que não é necessária adjacência entre um constituinte *Qu* e a flexão verbal, podem intervir, para além de sujeitos:
- (i) constituintes topicalizados;
 - (ii) elementos em DEC desde que correspondam ao argumento nominal mais alto da oração.
- (63) a. * Não sei ainda a quem, este livro, o vou oferecer.
 b. ?Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecer.
 c. Sabes quando, ao Pedro, mais lhe convém lá ir?

A nossa explicação de (62) explora uma sugestão de Baker (2003) baseada em Williams (1980), segundo a qual há essencialmente duas formas de transformar uma frase num predicado. Estas estão esquematizadas em (64):

- (64) *Williams 1980*:
- | | |
|------------------------------|---|
| a. [_S PRO VP] | a. [man _i [PRO _i to fix the sink]] |
| b. [_S { PRO } S] | a book _i [PRO _i [PRO to read t _i]] (Chomsky 1980) |
| | the man _i [who _i [I met t _i yesterday]] |

(64a) ilustra uma oração infinitiva, em que o sujeito é PRO. (64b) exemplifica construções em que há movimento de um operador nulo ou de um sintagma *Qu*.

Browning (1987) define a relação sujeito predicado da seguinte forma:

- (65) A subject-predicate relation is licensed if
- a. the subject discharges the external theta-role of the predicate;
 - b. the subject *agrees* with a chain contained in the predicate.

(65a) define a predicação directa e (65b) capta a predicação complexa, que cobre as configurações em (64a,b): em (64a), ‘man’ concorda com a cadeia trivial constituída por PRO; em (64b) a relação de concordância estabelece-se com a cadeia formada pelo operador nulo ou por um sintagma-*Qu*. Estas duas configurações, por sua vez, correspondem às duas alíneas da generalização referida em (62). Como se pode facilmente verificar, a alínea (i) corresponde a (64b) e a alínea (ii) cai dentro de (64a).

Se associarmos a esta proposta de Browning a ideia de que *agree* é a operação AGREE de Chomsky (2001), então a relação entre o sujeito e a CADEIA contida no predicado não exige apenas identidade (ou não distinção) de traços *phi*, mas é também estritamente **local**, isto é, entre o sujeito e a cabeça da cadeia não pode intervir nenhum outro elemento com traços *phi*.

Desta forma, obtemos a seguinte configuração nos casos de topicalização (63b):

(66) Não sei ainda [_{CP} a quem [_{FP} [este livro]_i [_{FP} Op_i [vou oferecer t_i]]]]

┌──────────┐

AGREE

Em (66) estabelece-se a relação AGREE entre o tópico e a cadeia formada pelo operador nulo e o seu vestígio. (63c) é analisada da seguinte forma:

(67) Sabes quando_k [a[o Pedro]_i [mais lhe_i convém cv_i [_{CP} lá ir t_k]]]?

┌──────────────────────────┐

AGREE

Em (67), a categoria vazia associada ao pronome clítico corresponde ao argumento mais alto, portanto a relação AGREE é legítima e local. O mesmo se verifica no seguinte exemplo do francês, em que o elemento em DEC é um sujeito:

(68) L’endroit [où [Jean]_i va vivre t]] est inoubliable

┌───┐

AGREE

Vejamos agora o que sucede quando o elemento em DEC se relaciona com um argumento “baixo”.

(69) Não sei ainda [_{CP} a quem_j [_{FP} [este livro]_i [_{FP} [o_i vou_k oferecer [cv_i t_j]]]]]

Neste caso, há um argumento mais alto que intervém entre o tópico e o objecto directo, nomeadamente o sujeito da frase, que impede que a relação AGREE se estabeleça entre ‘este livro’ e a categoria vazia associada ao clítico. Note-se que a cadeia [*cl*, *cv*] é mais baixa do que a cadeia estabelecida entre a concordância e o sujeito, neste caso *pro*, independentemente da posição ocupada por este último (pré ou

pós-verbal). Dado que a relação AGREE é impedida pelo efeito de minimalidade induzido pela presença do sujeito, o resultado é que a estrutura daí resultante não é interpretável enquanto uma estrutura de predicação.

Neste momento, levantam-se duas questões: (i) qual o mecanismo que legitima a DEC de argumentos baixos em geral; (ii) por que razão esta construção interfere com o movimento *Qu*. Estas duas perguntas são abordadas na secção seguinte.

4. A DEC de argumentos “baixos”

A maior parte dos autores defende que a DEC envolve predicação, sendo que é o próprio clítico (ou a *cv* a ele associada) que fornece a posição aberta necessária para transformar a frase em predicado. Demirdache (1992) e Anagnostopoulou (1997) propõem que a configuração necessária ao estabelecimento da relação de predicação na DEC é criada na Forma Lógica, mediante movimento para o início da oração da categoria pronominal associada ao clítico. No fundo, trata-se de um movimento em tudo idêntico ao movimento do operador nulo na topicalização, só que em Forma Lógica. Esta proposta pretende, antes de tudo, explicar a sensibilidade da DEC a ilhas fortes (cf. Duarte, 1987).

Assumindo esta análise, compreende-se por que razão a DEC de argumentos baixos não pode ocorrer encaixada abaixo do ponto de chegada do movimento *Qu*: uma vez que o tópico só é interpretado como sujeito da predicação na FL, no momento em que se dá o movimento *Qu* o elemento topicalizado interfere com este movimento induzindo uma violação da *Minimal Link Condition* (Chomsky 2001).

Note-se que, mesmo quando o movimento *Qu* é a longa distância, a DEC é impossível, pela mesma razão:

- (70) a. A quem achas que, este livro, podemos oferecer?
b. *A quem achas que, este livro, podemos oferecê-lo?
c. Quanto achas que à Maria, mais (lhe) convém gastar ?

Em síntese, o movimento *Qu* pode “atravessar” um constituinte topicalizado ou em DEC (desde que o elemento em DEC corresponda ao argumento mais alto da frase que funciona como predicado). Por hipótese, um elemento que funcione como sujeito de uma predicação complexa não interfere com o movimento *Qu* (embora, nestes casos, possa haver um ligeiro efeito de subjacência). A relação que se estabelece entre o tópico e o resto da frase é uma relação de predicação que exige a relação AGREE entre este e uma cadeia contida no interior da frase. Na Topicalização e na DEC do argumento mais

alto a relação de predicação é estabelecida na sintaxe visível. Por esta razão, a presença do tópico não interfere com o movimento *Qu*. Quando a relação de predicação é estabelecida num nível posterior àquele em que se dá o movimento *Qu*, a presença do tópico em adjunção induz efeitos de minimalidade.

5. Predições e variação dialectal

Duarte (1987) refere a existência de variação dialectal no que respeita aos dados da topicalização no interior de orações interrogativas ou relativas: há falantes que não admitem a presença de um tópico à direita de um constituinte-*Qu*. Neste dialecto, portanto, não há qualquer diferença entre a topicalização e a DEC de argumentos baixos. São os seguintes os juízos discutidos em Duarte para este dialecto, que passamos a designar de dialecto B.

- *Juízos do Dialecto B*

- (71) a. Perguntei que livro a Maria lhe deu.
 b. * Não sei ainda a quem, este livro, vou oferecer.
 c. * Não sei ainda a quem, este livro, o vou oferecer.
- (72) a. Já li o livro que a Maria lhe deu.
 b. * Já li o livro que, à Maria, ofereceu ontem o João.
 c. * Já li o livro que, à Maria, lhe ofereceu ontem o João.
- (73) a. Que manuscrito a Maria está a pensar enviar a essa editora?
 b. * Que manuscrito, a essa editora, estás a pensar enviar?
 c. * Que manuscrito, a essa editora, estás a pensar enviar-lhe?

A teoria acima proposta dispõe das ferramentas necessárias para explicar este fenómeno de variação porque estabelece uma distinção estrutural entre a topicalização e a DEC. Na topicalização, há movimento de um operador nulo, como indicado na estrutura em (66), aqui repetida:

(74) Não sei ainda [_{CP} a quem [_{FP} [este livro]_i [_{FP} Op_i [vou oferecer t_i]]]]

AGREE

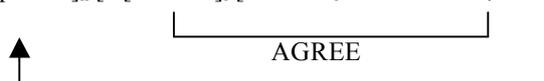


Em (74) o sintagma-*Qu* atravessa a projecção que contém a posição A-barra que aloja o Operador nulo, pelo que atravessa dois nós fronteira (FP e IP).

Na DEC, o movimento do clítico dá-se apenas em FL e só nos casos em que há deslocação de argumentos baixos – área em que não há diferenças entre os dialectos em

causa. Assim, a teoria proposta dá espaço a que haja variação nos juízos dos falantes no que concerne à topicalização propriamente dita, independentemente da DEC de argumentos altos. A representação correspondente à DEC de argumentos altos é a indicada em (75):

(75) Sabes [quando]_k [a[o Pedro]_i [mais lhe_e convém _{cv}_i lá ir _t_k]]?



Como se pode verificar, (75) difere de (74) pelo facto de o movimento do constituinte-*Qu* não atravessar uma posição A-barrada preenchida, podendo, portanto, usar esse ponto como local de poiso intermédio (considerando que o tópico não interfere com este movimento por ser sujeito de uma predicação complexa).

Por hipótese, o que distingue o dialecto descrito no corpo do texto do dialecto B é o efeito de subjacência provocado pelo preenchimento da posição A-barrada ocupada pelo operador nulo. Uma vez que, na topicalização, o sintagma *Qu* tem de atravessar a projecção que contém o operador nulo, há uma violação da condição da subjacência. Para certos falantes, essa violação não é admitida, o que explica os juízos em (71b, 72b e 73b). Para outros, nomeadamente o dialecto descrito no corpo do texto, este efeito de subjacência é ténue ou quase nulo.

A teoria aqui descrita é adequada para lidar com estes casos, porque estabelece uma clara diferença entre a DEC de argumentos altos e a topicalização. Das duas configurações, apenas a segunda envolve uma posição A-barrada entre o constituinte-*Qu* e o seu vestígio, nomeadamente o operador nulo (o tópico propriamente dito não conta por ser interpretado como sujeito da predicação complexa). Na DEC do argumento mais alto, não há nenhum operador nulo e o tópico é directamente interpretado como sujeito da predicação complexa. Dados estes pressupostos, o que esta teoria prevê é que, para os falantes do dialecto B, haja uma distinção entre a topicalização e a DEC de argumentos altos. Dito por outras palavras, esta teoria prevê que os falantes que rejeitam (71b, 72b e 73b) admitam as seguintes frases:

(74) Vi hoje a casa que, à Maria, mais lhe convém comprar.

(75) Sabes quando, ao Pedro, mais lhe convém lá ir?

(76) Que discos, ao João, mais lhe agradará receber?

Dos falantes por mim consultados, apenas um afirmou não gostar muito dos exemplos com topicalização, embora aceitasse (74-76). A verificação desta hipótese junto de uma amostra significativa de falantes do dialecto restritivo está fora do âmbito

do presente trabalho, pelo que remeto a tarefa para trabalho futuro ou para o leitor interessado. Para os propósitos deste artigo, basta verificar que a teoria proposta dá espaço à existência de uma variação mínima entre dialectos no que concerne à topicalização propriamente dita. A confirmação ou infirmação desta hipótese recai na forma como os exemplos (74-76) são ajuizados pelos falantes do dialecto relevante.

5. Referências

- Anagnostopoulou, E. (1997). Clitic Left Dislocation and Contrastive Left Dislocation. In *Materials on Left Dislocation*, Anagnostopoulou, E., Henk Van Riemsdijk and Frans Zwarts (orgs.), pp.151:192. Amsterdam: John Benjamins.
- Baker, M. (2003) Agreement, Dislocation and Partial Configurationality. In A. Carnie, H. Harley e M. Willie (orgs.), *Formal Approaches to Function Grammar*. Amsterdam: John Benjamins.
- Browning, M. (1987) *Null Operator Constructions*. MIT Ph.D. Dissertation. MITWPL.
- Barbosa, P. (1995) *Null Subjects*, MIT PhD. dissertation. MITWPL.
- Barbosa, P. (2001). "On Inversion in *Wh*-questions in Romance". In A. Hulk & J.-Y. Pollock (orgs.), *Romance Inversion*. New York: Oxford Press.
- Chomsky, N. (1977) "On *wh*-Movement." In P. Culicover, T. Wasos and A. Akmajian (orgs.), *Formal Syntax* 71-132. New-York: Academic Press.
- Chomsky, Noam (2001) 'Derivation by Phase', in Michael Kenstowicz, ed. Ken Hale. *A life in Language*. Cambridge Mass: The MIT Press.
- Cardinaletti, Anna. (2004) Towards a cartography of subject positions. In *The structure of CP and IP. The cartography of syntactic structures, Vol. 2*, ed. by Luigi Rizzi, 115-116. Oxford: Oxford University Press.
- Costa (2001) Spec-IP ou deslocado? Prós e contras das duas análises dos sujeitos pré-verbais. In *DELTA* 17 (2). S. Paulo.
- Costa, J. e I. Duarte (2001) Minimizando a Estrutura: uma Análise Unificada das Construções de Clivagem em Português. *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 627:638. Lisboa: APL e Colibri.
- Costa, J. & I. Duarte (2002) Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistics*, 2, pp. 159-176.
- Costa (2004) Subject Positions and Interfaces: The Case of European Portuguese, *Studies in Generative Grammar* 73. Berlin: Mouton de Gruyter.

- Dermidache, H. (1992) Resumptive Chains in Restrictive Relative Chains , Appositives and Dislocation Structures. MIT Ph.D. Dissertation, MITWPL.
- Duarte, I. (1987) A construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento. Dissertação de doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Duarte, I. (1997) Ordem de Palavras e Estrutura Discursiva. In A. M. Brito, F. Oliveira, I. Pires de Lima & R. M. Martelo (orgs.), *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- Lasnik, H. & M. Saito. 1992. *Move α . Conditions on Its application and Output*. Cambridge: MIT Press.
- Martins, Ana Maria 1994. *Clíticos na História do Português*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Pesetsky, D. (1989) Language-particular processes and the Earliness Principle. Ms., MIT, Cambridge, Mass.
- Raposo, E. 1994. Affective Operators and Clausal Structure in European Portuguese and European Spanish. Ms., University of California at Santa Barbara, California.
- Raposo, E. (1998) 'Definite/Zero Alternations in Portuguese: Towards a Unification of Topic Constructions', in A. Schwegler, B. Tranel and M. Uribe-Etxebarria (orgs.) *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins Co., 197-212.
- Rizzi, L. (1997) The Fine Structure of the Left Periphery. In L. Haegeman (ed.), *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer.
- Williams, E. (1980) Predication. *LI 11*: 203-238. Cambridge: MIT Press.